



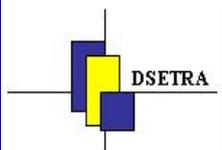
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL



**indicadores sócio-laborais
da
Região Autónoma da Madeira**

**ano 2013
breve súpula**

Elaborado por:
Direção de Serviços de Estatísticas do Trabalho
Março 2014



INDICADORES SÓCIO-LABORAIS

ANO 2013

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A atividade laboral constitui um dos mais importantes vetores da vida socioeconómica, quer pela sua dimensão e implicações no desenvolvimento, quer pela sua expressão social, ou seja, na vida concreta das pessoas, seja dos agentes económicos, seja dos trabalhadores e suas famílias.

Por isso esta é uma área eleita, no topo das preocupações sociais do Programa do Governo Regional, em relação à qual temos sempre votado todo o interesse e empenho, o que tem permitido a criação de condições para a normalidade, a estabilidade e a confiança, assentes num relacionamento responsável com todos os parceiros sociais, como tem sido plenamente demonstrado na nossa prática, nestes anos de Autonomia Regional.

Vejamos o essencial que caracteriza a nossa ação no domínio do Trabalho e que expressa a concretização dos objetivos fundamentais nesta área, que poderíamos sintetizar nas seguintes linhas de orientação:

- **criação de condições de diálogo, concertação e estabilidade, numa base de parceria tripartida, propiciadores da criação de Emprego e da melhoria das condições de trabalho;**
- **estímulo e prevalência da autonomia negocial dos parceiros sociais, facultando todo o apoio, em todas as iniciativas e pedidos de colaboração;**
- **acompanhamento, a todos os níveis da realidade laboral, em defesa de tais objetivos e na salvaguarda de princípios de justiça e promoção do desenvolvimento das condições de trabalho.**

A área do Trabalho, cuja coordenação e tutela depende da **Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos**, integra o elenco vasto de atribuições assumidas – em áreas tão diversas como:

- na apreciação das condições de trabalho, através da ação administrativa de autorizações, seja na duração do trabalho, seja na prestação de apoio técnico e informativo;**
 - na ação formativa em termos de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;**
 - na Contratação Coletiva;**
 - na Conciliação de conflitos individuais ou coletivos;**
 - na Igualdade;**
 - nas Estatísticas Laborais,**
- sem esquecer a importância da ação no plano fiscalizador.**

A nossa ação normal, na área laboral, abrange um vasto leque de atribuições e competências que são exercitadas, pelos respetivos departamentos, que como lhes compete, dão o seu melhor, com eficácia, rigor e sentido de causa pública.

SÚMULA DE INDICADORES

1. POPULAÇÃO TOTAL E ATIVA

De acordo com os resultados do **Inquérito ao Emprego da Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM)**, a população total da Região Autónoma da Madeira cifrava-se, no ano de 2013 (média anual) em **245,4 milhares** de habitantes (116,0 milhares de homens e 129,4 milhares de mulheres), menos 0,8% que em 2012.

O **índice de envelhecimento** atingia os **78,3** (76,6 em 2012) sendo de **52,9** nos homens e de **104,5** nas mulheres.

A População Ativa foi estimada em **126,9 milhares** (-1,8% que no ano anterior) e a taxa de atividade em 51,7% (52,2% em 2012). Quanto à taxa de atividade do segmento da população de 15-64 anos, situou-se nos 71,1%.

Por sexos, a população ativa **masculina** era de **65,1 milhares** (menos 2,5% face a 2012) e taxa de atividade de 56,1%. Nos ativos com 15-64 anos, a taxa de atividade foi de 74,5%.

A população ativa **feminina** atingia os **61,8 milhares** (menos 1% que no ano anterior) e uma taxa de atividade de 47,8%. A taxa de atividade global (15-64 anos) situou-se nos 67,8%.

A **taxa de feminização** cifrava-se em 48,7.

O **índice de dependência total** permaneceu nos 42,9 (38,3 nos homens e 47,3 nas mulheres), sendo o dos jovens de 24,1 e o dos idosos de 18,8.

2. EMPREGO

A população empregada foi estimada em **103,7 milhares** de indivíduos (menos 2,6% que em 2012), dos quais, 52,2 milhares eram homens e 51,5 milhares eram mulheres.

Mais de **3/4** (76,2%) da população empregada exercia a sua atividade no **setor dos Serviços (79,0 milhares)**, sendo a maioria (**57,8%**) do sexo feminino.

A situação perante a profissão da maioria dos ativos era a de **trabalhador por conta de outrem (TPCO)**, representando **83,0%** do emprego total e

correspondendo a **86,1 milhares** dos quais 41,2 milhares são homens e 44,9 milhares são mulheres.

Ao nível da repartição dos TPCO segundo o vínculo contratual, a grande maioria, **68,3 milhares** (representando **79,3%** dos TPCO) eram permanentes (**78,5%** no País) e **17,2%** (a que correspondem **14,8 milhares** de trabalhadores) possuíam um contrato a termo (**17,8%** no País). A taxa global de emprego cifrou-se em **60,4%** (61,5% em 2012) na RAM e 64,8% no País.

3. DESEMPREGO

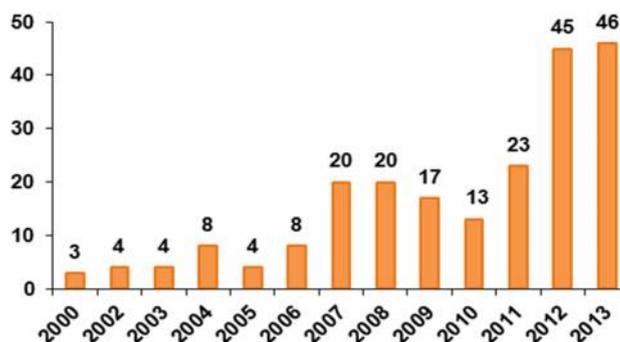
Em 2013, o número de desempregados cifrava-se em 23,3 milhares de indivíduos, a que correspondia uma **taxa de desemprego avaliada em 18,3%** (17,5% no ano anterior), sendo de 19,8% nos homens e 16,7% nas mulheres.

No País esta taxa situa-se nos **16,3%** (15,7% em 2012) a que correspondem **875,9 milhares** de desempregados.

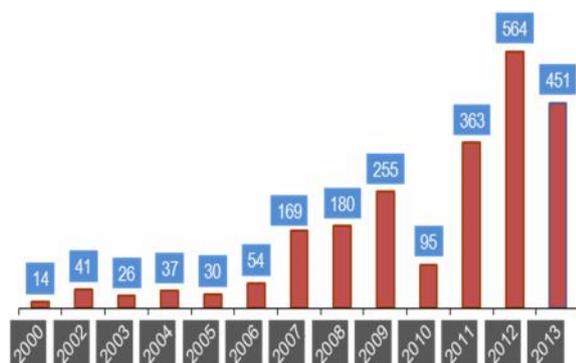
4. DESPEDIMENTOS COLETIVOS

Em **2013** realizaram-se 46 despedimentos coletivos (mais um que em 2012) que envolveram **451 trabalhadores (menos 20,0%** face a 2012). Os indicadores para o período 2000 – 2013 constam dos gráficos seguintes:

Número de processos de despedimento coletivo, por anos



Número de trabalhadores com cessação de contrato de trabalho, por despedimentos coletivos, segundo os anos



5. ESTRUTURA EMPRESARIAL

De acordo com os elementos estatísticos resultantes dos apuramentos dos **Quadros de Pessoal**, o número de empresas regionais cifrava-se, em **2012**, nas **6 309** unidades (mais 2,7% que no ano de 2011), a que correspondiam **7 778** estabelecimentos (mais 0,8% que em 2011) que tinham ao seu serviço **55 985** trabalhadores (menos 9,0% que no ano anterior).

Evolução da estrutura empresarial: 1986-2012

Anos	Nº Empresas	Nº Estabelecimentos	Nº Pessoas ao serviço nos estabelecimentos
1986	1 913	n.d.	n.d.
1990	2 467	3 141	37 149
1995	3 776	4 646	43 396
1998	4 545	5 843	49 371
2000	5 310	6 472	56 603
2005	6 802	8 369	70 414
2006	7 063	8 698	70 808
2007	7 158	8 829	71 820
2008	7 269	8 964	72 473
2009	7 158	8 777	68 747
2010	6 217	7 776	63 012
2011	6 143	7 719	61 535
2012	6 309	7 778	55 985

Fonte: Quadros de Pessoal - Direção Regional do Trabalho e GEP/GEE
n.d. - não disponível.

6. SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL

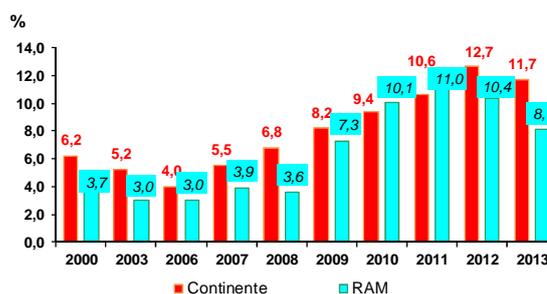
O **salário mínimo** foi instituído em **1974** através do Decreto-Lei nº **217/74 de 27 de Maio**. Os seus valores foram também aplicados na Região até **1986**.

A partir desse ano, o **Governo Regional** passou a estabelecer **acréscimos regionais** da ordem dos **2%** aos valores fixados em sede própria para o Continente. Em 2013 não se registou atualização, mantendo-se o valor de **2011** que é de **494,70€**. No Continente cifra-se em **485,00€**.

Apesar de os montantes do salário mínimo regional serem superiores aos fixados para o Continente, a incidência desta remuneração, medida pela proporção de trabalhadores abrangidos, tem sido na RAM, ao longo dos anos (com exceção de 2010 e 2011), inferior ou semelhante à registada naquele espaço territorial, como se pode constatar no gráfico seguinte:

Evolução das taxas de cobertura da remuneração mínima mensal garantida

(% de trabalhadores a tempo completo remunerados pelo salário mínimo)



Fonte: Inquérito aos Ganhos: Abril - Direção Regional do Trabalho e GEP/GEE

7. REMUNERAÇÕES CONVENCIONAIS

Em primeiro lugar deve referir-se que, a nível do associativismo laboral, existem na Região as seguintes organizações:

dos trabalhadores

- 17 sindicatos (regionais);
- 1 união de sindicatos (regional);
- 27 delegações de sindicatos (nacionais);
- 2 delegações de união de sindicatos (nacionais);

dos empregadores

- 18 associações regionais.

A contratação coletiva de âmbito exclusivamente regional é constituída por **40 instrumentos de regulamentação**, assim repartidos:

- 11 Acordos de Empresa (AE);
- 2 Acordos Coletivos de Trabalho (ACT);
- 26 Contratos Coletivos de Trabalho (CCT);
- 1 Portaria de Condições de Trabalho (PCT).

A regulamentação coletiva regional abrange cerca de **75%** do universo dos trabalhadores ao serviço dos estabelecimentos do setor estruturado da economia regional que, em sede de Quadros de Pessoal, indicam algum instrumento válido. A maioria dos

instrumentos regionais têm, com exceção dos últimos 2 anos, sido objeto de revisão anual.

Os acréscimos remuneratórios convencionais médios anuais (nominais e reais) resultantes do movimento da negociação coletiva na Região e no Continente, desde 1980, são os seguintes:

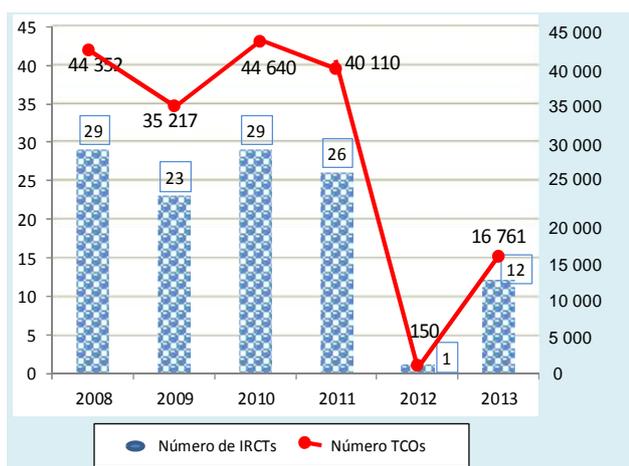
Evolução das remunerações convencionais

Anos	R.A. Madeira		Continente	
	Var. nominal	Var. real	Var. nominal	Var. real
1980	23,0	+2,3	-	-
1985	22,5	+1,4	-	-
1990	11,0	+0,6	13,6	+0,2
1995	5,5	+1,0	5,0	+0,9
2000	3,4	+1,1	3,4	+1,1
2002	4,1	+0,5	3,8	-0,3
2004	3,6	+1,6	2,9	-0,4
2005	3,4	+0,7	2,7	+0,1
2006	3,2	+0,5	2,7	-0,4
2007	3,1	+0,5	2,9	-0,1
2008	2,9	+1,3	3,1	+0,5
2009	2,1	-0,4	2,9	+0,6
2010	1,9	+3,0	2,4	+2,3
2011	1,3	-0,9	1,5	+0,3
2012	0,0	-4,83	1,4	+0,5
2013	0,77	-0,45	1,0	-1,6

Fonte: Instrumentos de Regulamentação Coletiva - Direção Regional do Trabalho e DGERT

O gráfico seguinte ilustra o número de instrumentos de regulamentação exclusivamente regionais atualizados em cada um dos anos da série 2008 a 2013, bem como o número de trabalhadores abrangidos pelos mesmos IRCTs:

Número de IRCTs atualizados e TCO abrangidos, por anos

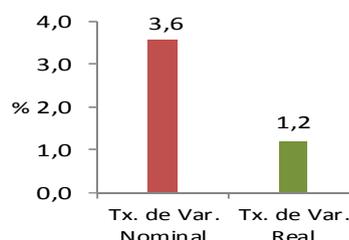


8. GANHOS MÉDIOS

Os ganhos médios líquidos dos trabalhadores por conta de outrem, a tempo completo, ao serviço nos

estabelecimentos do setor estruturado da economia regional, apurados através dos Mapas dos Quadros de Pessoal, apresentam, na Região, entre 2000 e 2012 um crescimento médio anual de **3,6%**. Em termos reais, a crécimo médio foi de **1,2%**.

Taxa média de crescimento anual do ganho médio mensal no período 2000 – 2012



Em valores absolutos, em 2012, o ganho médio atingia os **1 056,56 euros** na RAM (**1 095,59 euros** no Continente).

Evolução do Ganho médio mensal (1993-2012)

Anos	Ganho médio na R.A. Madeira (euros)	Ganho médio no Continente (euros)	Representatividade do ganho médio da RAM face ao ganho médio do Continente (%)
1993	457,70	518,60	88,3
2000	694,89	731,07	95,1
2003	826,57	852,40	97,0
2005	901,46	909,35	99,1
2007	961,65	965,25	99,6
2008	994,28	1008,00	98,6
2009	1013,57	1034,19	98,0
2010	1034,30	1076,26	96,1
2011	1049,75	1084,55	96,8
2012	1056,56	1095,59	96,4

Fonte: Quadros de Pessoal - Direção Regional do Trabalho e GEP/GEE

Entre 1993 e 2012, o ganho médio regional regista **evolução bastante positiva** ao **diminuir em 8,1 pontos percentuais o gap** face ao valor apurado no espaço continental, passando a sua representatividade de 88,3% para 96,4%.

Ao descermos a comparação ao nível dos distritos, constata-se que a evolução do ganho médio regional é, também, visivelmente positiva. Assim, enquanto em 1993 o ganho médio da Região Autónoma da Madeira era **inferior ao apurado em 7 dos referidos distritos**, em 2012, apenas 2 desses distritos mantinham valores superiores aos da RAM: **Lisboa, com 1 405,94 euros** e **Setúbal com 1 162,42 euros**. Nos restantes 17 as remunerações eram, em geral, bastante inferiores:

Ganho médio mensal, por distritos

Distritos	Euros	
	1993	2012
Aveiro	437,18	959,35
Beja	452,48	982,99
Braga	385,92	867,20
Bragança	453,17	840,73
C. Branco	396,72	841,44
Coimbra	458,24	977,09
Évora	451,80	940,53
Faro	492,06	943,89
Guarda	395,29	819,17
Leiria	453,33	951,87
Lisboa	670,34	1405,94
Portalegre	442,24	900,60
Porto	479,90	1032,68
Santarém	458,28	945,17
Setúbal	545,67	1162,42
V. Castelo	404,47	864,75
Vila Real	442,31	864,02
Viseu	410,01	884,50
R. A. Açores	482,00	1028,84
R. A. Madeira	457,67	1056,56

Fonte: Quadros de Pessoal - Direção Regional do Trabalho e GEP/GEE
A colorido: distritos com ganhos superiores à RAM

9. CONFLITUALIDADE LABORAL

A dimensão do fenómeno grevista assume, no mundo laboral da Região, diminuta expressividade, quer ao nível da totalidade dos conflitos, quer dos conflitos de âmbito exclusivamente regional.

Em 2013 registaram-se na Região 6 greves exclusivamente regionais (menos 3 que no ano anterior), a que aderiram 112 trabalhadores (menos 56,3% que em 2012) que perderam 204 dias de trabalho (menos 70% que no ano anterior).

Se nos reportarmos ao período de 2000 a 2013, os **conflitos exclusivamente regionais** resumem-se, em média, a cerca de **3,4 greves** por ano, em geral circunscritas a uma ou duas empresas e relacionadas com questões salariais (remunerações em dívida). Cada conflito regista uma adesão média de **23,1 trabalhadores** e a perda de **66,1 dias** de trabalho. Cada trabalhador envolvido perdeu **2,9 dias** de trabalho.

Nº de greves, trabalhadores em greve e dias perdidos

	2000	2001	2002	2003	2004	2006	2008	2009	2011	2012	2013
Nº de greves	3	3	2	2	2	1	3	4	13	9	6
Nº trabalhadores em greve	55	60	33	28	24	6	34	36	466	256	112
Nº dias de trabalho perdidos	79	76	787	120	7	105	91	340	684	679	204

Refira-se que relativamente aos anos de 2005, 2007 e 2010, não há registo da ocorrência de greves regionais.

Quanto ao impacto destas greves no emprego regional cifra-se, em **1,3 trabalhadores em greve por cada 1000 trabalhadores ao serviço**. No que se refere ao tempo não trabalhado devido aos citados conflitos, salienta-se, igualmente em termos de

permilagem, que foram **perdidos 3,8 dias de trabalho por cada 1000 trabalhadores ao serviço**.

10. SINISTRALIDADE LABORAL

No domínio dos acidentes de trabalho, os indicadores resultam do tratamento estatístico dos elementos constantes das participações remetidas às companhias de seguros pelas entidades empregadoras regionais em que se registaram as ocorrências, conforme legalmente estipulado. O apuramento dos dados relativos a 2011 revela que, nesse ano, se registaram na **Região Autónoma da Madeira 3 448 sinistros**.

Este valor representa **1,6%** da globalidade dos acidentes do País.

Em termos evolutivos, o número de acidentes diminuiu **8,2% face a 2010 e 16,2%** comparativamente ao ano de 2000, como se pode observar no quadro seguinte:

Acidentes de Trabalho

Atividades	2000	2010	2011	Variação %	
				2000-2011	2010-2011
Total	4115	3755	3448	-16,2	-8,2
Agricultura, Silv. Caça e Pesca	102	80	102	0,0	27,5
Indústria, Construção, Energia e Água	2279	1502	1307	-42,7	-13,0
dos quais					
Indústrias Transformadoras	677	376	325	-52,0	-13,6
Construção	1498	998	866	-42,2	-13,2
Serviços	1650	2171	2037	23,5	-6,2
dos quais					
Comércio	614	706	657	7,0	-6,9
Alojamento e Restauração	392	443	460	17,3	3,8
Transp., Armaze. e Comunicações	222	257	213	15,3	-17,1
CAE ignorada	84	2	2	-	-

Fonte: Acidentes de trabalho, Direção Regional do Trabalho e GEP/GEE

Ao nível dos setores de atividade é a Construção que apresenta, em todos os anos, o maior volume de ocorrências, revelando, no entanto, um acentuado decréscimo (**-42,2%**) no período em apreço (2000-2011). Face ao ano anterior, a diminuição foi de 13,2%. No País, é nas Indústrias Transformadoras que se regista o maior número de acidentes de trabalho.

Refira-se que em 2011, mais de 1/3 (**33,5%**) dos acidentes, são *acidentes sem gravidade*, pois não ocasionaram a perda de dias de trabalho:

Acidentes de trabalho com e sem dias perdidos

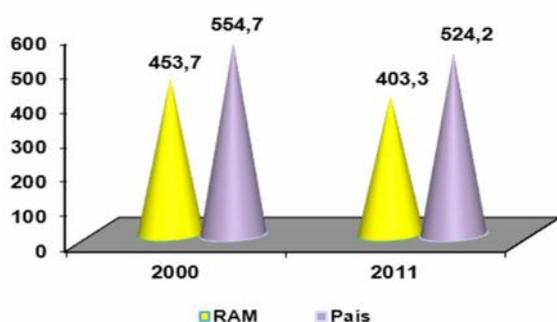
Acidentes	2000	2011	Variação % 2000-2011
Total	4110	3446	-16,2
Com dias perdidos	3115	2293	-26,4
Sem dias perdidos	995	1153	15,9

Fonte: Acidentes de trabalho, Direção Regional do Trabalho e GEP/GEE

Face a 2000, os acidentes sem gravidade (sem dias perdidos) **aumentaram 15,9%**. Contrariamente, os acidentes com algum grau de gravidade (com dias perdidos) **diminuíram 26,4%**. No que respeita aos dias perdidos, registou-se um decréscimo de **14,9%** ao passarem de **120 337** (em 2000) para **102 446**.

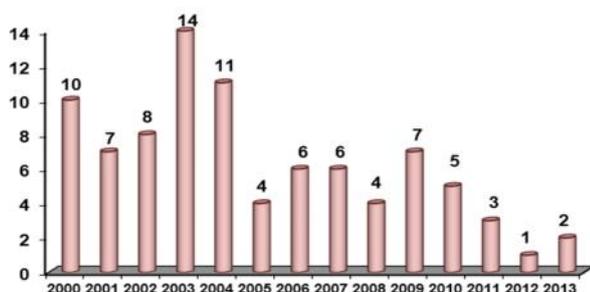
A taxa de incidência da sinistralidade laboral, indicador que reflete o número de ocorrências face à população em risco de sofrer acidente – foi (em 2011) de **403,3** acidentes por cada 10 000 trabalhadores, contra **524,2** no País.

Taxas de incidência dos acidentes



No que respeita aos **acidentes mortais**, em 2013 registaram-se **duas** ocorrências. O gráfico seguinte ilustra o número de ocorrências fatais apuradas pela Inspeção Regional do Trabalho, de 2000 a 2013:

Número de acidentes mortais

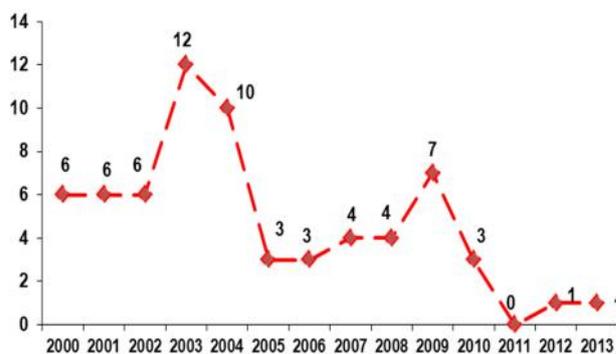


Entre **2000 e 2013** o número de acidentes mortais **diminuiu em 80%**.

Refira-se ainda que é no ano de 2012 que se regista o menor número de ocorrências (1). Contrariamente, o ano de 2003 evidencia-se como o ano com maior número de vítimas mortais (14).

A maioria das ocorrências mortais verificou-se em todos os anos, no setor da Construção Civil, com exceção de 2011, ano sem registo de vítimas nesta atividade:

Número de acidentes mortais na construção



11. IMIGRANTES – MOVIMENTO DE PROCESSOS DE CONTRATOS DE TRABALHO

No **período de 2001 a 2012** deram entrada na Direção Regional do Trabalho **18 118** processos relativos a contratos individuais de trabalho de cidadãos imigrantes, oriundos de países do exterior ao Espaço Económico Europeu, assim repartidos:

- ano 2001 – 2 871
- ano 2002 – 3 079
- ano 2003 – 2 132
- ano 2004 – 2 825
- ano 2005 – 2 135
- ano 2006 – 1 443
- ano 2007 – 989
- ano 2008 – 1 210
- ano 2009 – 648
- ano 2010 – 483
- ano 2011 – 250
- ano 2012 – 53

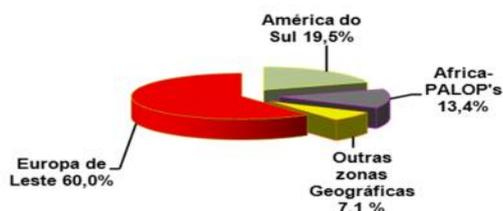
Todos os processos foram devidamente analisados pelos competentes Serviços da Direção Regional do Trabalho, organismo que validou todos os que cumpriam os requisitos estipulados no quadro legislativo aplicável (regime jurídico que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do Território Nacional), bem como as formalidades estipuladas na legislação laboral.

Globalmente, ao longo do período em apreço, foram validados **12 849** processos que correspondem a **70,9%** dos processos recebidos.

Quanto aos restantes processos (29,1%), aguardam junção ou retificação de documentação pelos seus titulares ou respetivas entidades empregadoras.

A maioria dos processos validados (60,0% - 7 706) pertencem a cidadãos oriundos da Europa de Leste, a que se seguem os da América do Sul (19,5% - 2 503) e os de África – PALOP's (13,4% - 1 726):

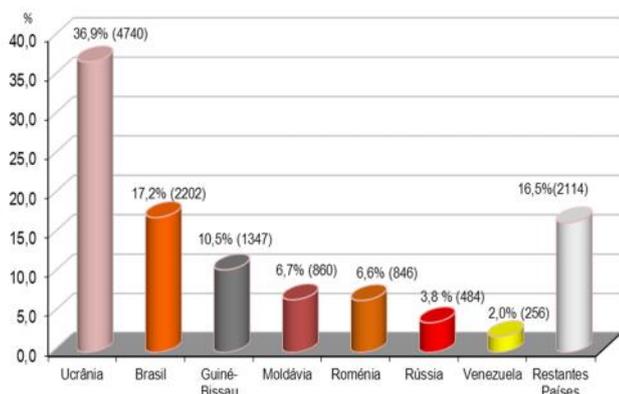
Distribuição % dos processos por grandes áreas geográficas



Ao nível das nacionalidades, verifica-se a existência de processos de imigrantes de mais de 50 países.

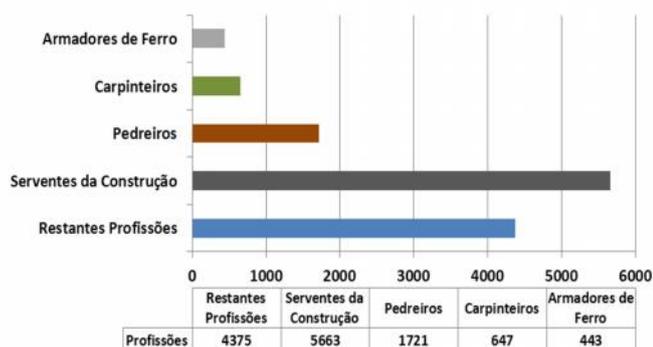
Destes, destacam-se, por ordem decrescente de volume, os seguintes:

Distribuição percentual e número de processos por país de origem do cidadão imigrante



Focalizando a análise nas profissões inscritas nos processos, constata-se a indicação de mais de 70, que vão desde os Engenheiros Cíveis aos Ajudantes de Padaria. No entanto, as profissões mais frequentemente indicadas são as seguintes:

Profissões mais indicadas nos processos (frequência das profissões)



Por setores de atividade de destino, é a Construção, com 8 595 processos (66,9% do total) que congrega a maioria das solicitações. Das restantes atividades, embora com grau de preponderância bastante mais reduzido, destaca-se o Alojamento e Restauração com 1 395 processos (10,9%), o Comércio com 664 (5,2%) e as Atividades de Saúde Humana e Apoio Social, com 468 processos (3,6%).

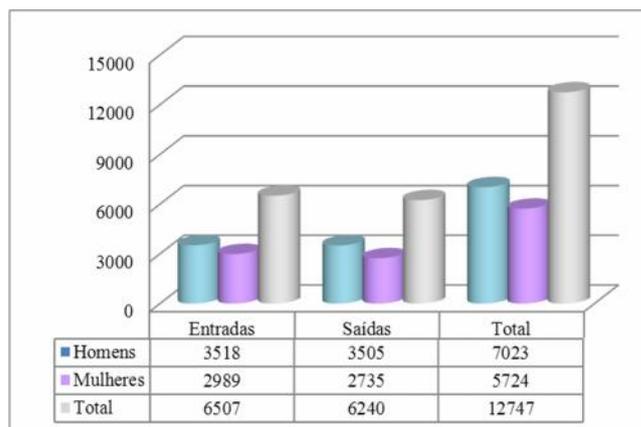
Refira-se ainda que entre 2001 e 2008 foram solicitados e despachados favoravelmente pela Direção Regional do Trabalho 528 pedidos de parecer com vista à obtenção de vistos de trabalho.

12. MOVIMENTO DE CONTRATOS A TERMO

Os indicadores apresentados, resultam do tratamento estatístico da informação prestada no Anexo B do Relatório Único (RU), pelas entidades empregadoras com sede na Região Autónoma da Madeira e que declararam, neste anexo referente a 2012, o movimento de entradas ou saídas de trabalhadores com vínculo a termo, certo ou incerto.

Os resultados apurados mostram que, ao longo do ano de 2012, estiveram envolvidos nos fluxos de entradas e saídas 12 747 trabalhadores (menos 8,3% que em 2011). Destes, 51,0% respeitam a contratos de admissão (54% no ano anterior), e 49,0% a rescisões (46% em 2011):

Movimento de contratados a termo, por sexos



Por sexos, o movimento de homens com contrato a termo (7 023), é superior em 22,7% ao das mulheres (5 724).

Por tipo de movimento e sexo, verifica-se que o número de homens recrutados foi superior em

0,4% ao dos que cessaram o respetivo contrato de trabalho (17,5% em 2011).

Nas mulheres, as admissões suplantaram em 9,3% o número das saídas (13,4% em 2011).

Ao nível das atividades, é o **Alojamento, Restauração e Similares** que, à semelhança do ano anterior, com mais de **1/4** do total de movimentos, concentra o maior volume de entradas e saídas de contratados a termo.

Por sexos, é na **Construção**, com **28,4%**, que se regista o maior volume do movimento de **homens** (32% em 2011).

Já nas mulheres, é o Alojamento, Restauração e Similares que, com cerca de 30%, tal como no ano anterior, concentra o maior número dos fluxos femininos.

Movimento de contratados a termo, por atividades, segundo o tipo de movimento e sexo

Atividades	Entradas			Saídas			Total (entradas+saídas)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
F Construção	801	53	854	1191	61	1252	1992	114	2106
G Comércio; rep. veíc. e motociclos	679	737	1416	599	727	1326	1278	1464	2742
I Alojamento, rest. e similares	775	901	1676	706	810	1516	1481	1711	3192
N Atividades adm. e dos serv. apoio	350	439	789	222	402	624	572	841	1413
... Restantes atividades	913	859	1772	787	735	1522	1700	1594	3294
Total	3518	2989	6507	3505	2735	6240	7023	5724	12747

Fonte: RU2012 - DIRTRA

De entre os **motivos** apontados como justificativos das **entradas** de trabalhadores, destaca-se o **Acréscimo Excepcional da Atividade da Empresa**, que congrega 55,4% das admissões com motivo conhecido (cerca de 60% em 2011) e que se cifram em **4487 novas contratações** (5469 no ano anterior).

No que respeita às **saídas**, o motivo mais indicado foi a **Caducidade de Contrato** que representa 46,2% das 4 780 cessações com motivo explícito (em 2011, 45% das 5 245 saídas).

No que concerne à distribuição dos fluxos por **profissões**, os valores mais elevados respeitam aos **Trabalhadores dos Serviços de Proteção e Segurança e Vendedores** com 31,3% das entradas e cerca de 29% das saídas (35% de ambos os movimentos em 2011), a que se seguem os **trabalhadores não qualificados** com 21,7% das entradas e 23,5% das saídas e os **trabalhadores qualificados da indústria e construção** com 13,2% e 16,4%, respetivamente das entradas e saídas dos contratados a termo:

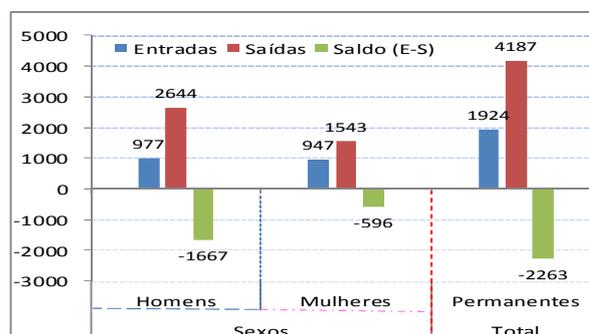
Movimento de contratados a termo, por profissões

Profissões	Entradas	Saídas	Total
Representantes do poder legisl. e dos órgãos exec.,dirig., dir. e gest. exec.	92	74	116
Especialistas das ativ. intelectuais e científicas	292	333	590
Técnicos e profissões de nível intermédio	449	397	946
Pessoal administrativo	846	601	1402
Trabalhadores serv. pessoais, proteção e seg. e vendedores	2212	2041	4904
Agricultores e trab. qualif. da agric., da pesca e da floresta	62	21	102
Trabalhadores qualif. da indústria, construção e artífices	862	1025	2177
Operadores de instal. e máquinas e trab. da montagem	281	283	1147
Trabalhadores não qualificados	1411	1465	2524
Total	6507	6240	13908

13. FLUXO DE TRABALHADORES PERMANENTES

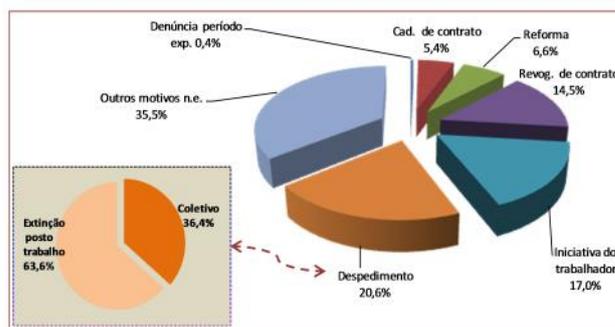
No ano de 2012, ingressaram nas 6 309 empresas regionais (RU2012) **1 924** trabalhadores com contrato permanente, dos quais **50,8%** eram homens e **49,2%** mulheres e saíram 4 187 profissionais portadores deste mesmo vínculo contratual, sendo a maioria homens (**63,1%**).

Fluxo de trabalhadores permanentes, por sexos



Dos motivos expressos para justificar as saídas dos permanentes, destaca-se o **despedimento**, indicado em **852 situações**. Destas, **36,4%** deveram-se a **despedimentos coletivos** e **63,6%** a **extinções de postos de trabalho**.

Saídas de trabalhadores com contrato permanente, por motivos



14. TAXA DE SALÁRIO NA CONSTRUÇÃO

A taxa de salário média mensal do conjunto das profissões mais relevantes do setor da Construção, apurada pelo Inquérito aos Salários por Profissões na Construção, situou-se, em outubro de 2013, nos **938,79** euros, valor inferior em cerca de 0,1% ao registado em julho anterior e em 1,6% ao do mês homólogo de 2012.



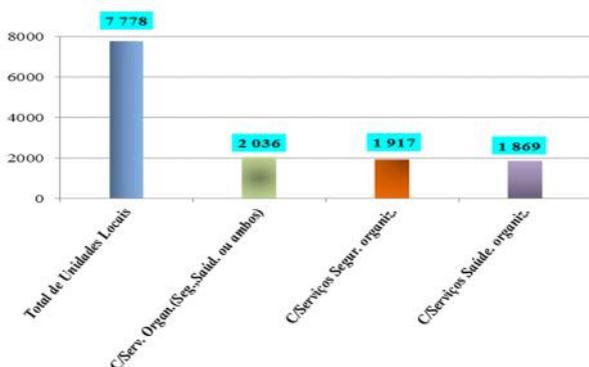
15. ATIVIDADE DO SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

No ano de 2012, cerca de **1/4** (1917) das unidades locais (ULs) da Região informaram que tiveram nesse ano **Serviços de Segurança no Trabalho** devidamente organizados. Este número representa uma melhoria de +3,5% face a 2011.

No que respeita às unidades que **organizaram os Serviços de Saúde no Trabalho**, o número (1 869) é ligeiramente inferior (-1,4%) ao do ano anterior (1896).

Se considerarmos a totalidade das unidades locais que **organizaram ambos ou pelo menos um dos serviços em apreço**, o número sobe para **2 036 unidades locais** (+2,5% que em 2011).

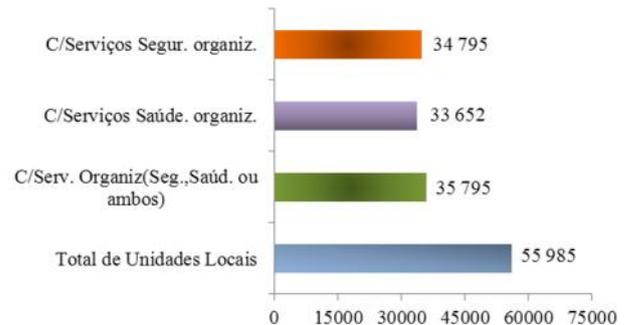
Número de unidades locais com serviços organizados



Já os trabalhadores ao serviço das unidades locais com serviços Segurança e Saúde organizados

representavam cerca de **2/3 (63,9%)** da globalidade dos trabalhadores das ULs regionais (59,9% em 2011).

Número de pessoas ao serviço, por tipo de serviço



No que respeita à natureza da organização dos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho, **74,2% das unidades locais** com ambos os serviços organizados, optaram por **fazê-lo em conjunto** (71,1% em 2011), abrangendo **69,2%** dos seus trabalhadores (64,2% no ano anterior).

Natureza da organização dos serviços

ULs com organização:

Pessoas das ULs com organização:



De entre as **modalidades de organização** dos serviços, tanto da **Segurança como da Saúde**, regista-se o predomínio do recurso aos **Serviços Externos**, apontado por, respetivamente, **74,9% e 82,9%** das unidades locais e abrangendo **57,7% e 69,0%** dos trabalhadores ao seu serviço.

ULs e trabalhadores, por modalidade de organização

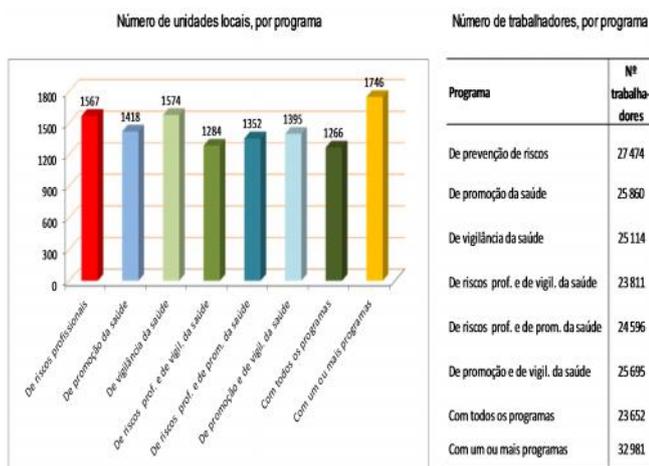
Modalidades de organização	Número de unidades locais:				Número de trabalhadores:			
	Na Segurança		Na Saúde		Na Segurança		Na Saúde	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Serviço Interno	434	22,7	288	15,4	13 515	38,8	9 264	27,5
Serviço comum/partilhado	20	1,0	11	0,6	1 113	3,2	1 102	3,3
Serviço externo	1 436	74,9	1 550	82,9	20 073	57,7	23 211	69,0
Ativid. exercidas pelo empregador	19	1,0	(a)	(a)	73	0,2	(a)	(a)
Ativid. exercidas por trab. designado	8	0,4	(a)	(a)	21	0,1	(a)	(a)
DIRTRA/Serv. Regional de Saúde	(a)	(a)	20	1,1	(a)	(a)	75	0,2
TOTAL	1 917	100,0	1 869	100,0	34 795	100,0	33 652	100,0

(a) - Não aplicável

De realçar também que 85,8% das ULs com um ou ambos os serviços organizados (85,5% em 2011), promoveram em 2012 um ou mais programas de prevenção, com uma abrangência superior a 92% dos respetivos trabalhadores (91,2% em 2011).

Por tipos de programas, o mais referido foi o de **vigilância da saúde**, indicado por 90,1% das ULs com programas (88,9% em 2011) que abrangeu 76,1% dos trabalhadores (90,5% no ano anterior).

Programas de prevenção



NOTAS IMPORTANTES:

1 - Os conceitos e definições subjacentes aos indicadores apresentados no documento, poderão ser consultados nas publicações da especialidade editadas pela Direção Regional do Trabalho e pela Direção Regional de Estatística da Madeira.

2 - A informação constante nos quadros e gráficos em que não está indicada a fonte, é da responsabilidade da Direção Regional do Trabalho.

---//---

16. ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR: ANO 2013

De acordo com os dados oportunamente divulgados pela Direção Regional de Estatística da Madeira, a variação média anual total registada pelo Índice de Preços no Consumidor (taxa de inflação anual) em **2013** cifrou-se em **+1,23%**. No ano de **2012** esta taxa atingiu os **4,83%**.

No País, foi de **+0,27%** em **2013** e de **+2,77%** em **2012**.

O quadro seguinte apresenta a variação percentual mensal, homóloga e média dos últimos 12 meses do IPC (taxas de inflação) em 2013 na Região Autónoma da Madeira:

Índice de preços no consumidor – taxas de variação - Ano 2013 – Região Autónoma da Madeira

(BASE 100: Ano 2012)

Meses	Variação mensal (%)	Variação homóloga (%)	Variação média dos últimos 12 meses (%)
Janeiro	-1,92	4,06	4,95
Fevereiro	-0,50	3,91	5,06
Março	2,88	50,60	5,23
Abril	-1,52	1,31	4,97
Maio	-0,17	1,74	4,76
Junho	0,12	1,97	4,57
Julho	-0,18	0,18	4,10
Agosto	-0,38	-0,68	3,59
Setembro	1,23	-0,18	2,93
Outubro	-0,47	-1,09	2,30
Novembro	-0,69	-1,68	1,65
Dezembro	2,35	0,64	1,23

Fonte: Índice de Preços no Consumidor - DREM